SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 4 de agosto de 2011

Manaus, quinta-feira, 4 de agosto de 2011

**DIÁRIO DO AMAZONAS**
Empresários comemoram licença para a instalação de porto no PIM ..... 1
VEICULAÇÃO LOCAL

**VALOR ECONÔMICO**
Devolução de tributos será definida por setor ..... 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

**VALOR ECONÔMICO**
Falta competitividade à indústria, diz Pimentel ..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

**VALOR ECONÔMICO**
Chineses ameaçam retaliar importações brasileiras ..... 4
EMPRESAS
VEICULAÇÃO NACIONAL

**VEJA ONLINE**
Empresário tem de se acostumar a câmbio, diz Pimentel ..... 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

**VEJA ONLINE**
País entrou no clube de moedas valorizadas, diz Pimentel ..... 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

**AGÊNCIA BRASIL**
Brasil e China vão construir centro de nanotecnologia em Campinas ..... 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL BRASIL**
Superintendente da SUFRAMA aponta aspectos positivos da nova política industrial ..... 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL FATOR BRASIL**
CNI diz que inovação é exigência do consumidor e imposição do mercado ..... 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTOS E NAVIOS**
Chineses ameaçam retaliar importações brasileiras ..... 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL A CRITICA**
Nova política industrial e de comércio exterior sem impactos negativos ao Polo Industrial de Manaus ..... 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL A CRITICA**
Justiça acata pedido do governo do Amazonas e anula tombamento do Encontro das Águas ..... 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PLANETA SUSTENTÁVEL**
Selo Amazônia certificará produtos da Zona Franca ..... 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

**GLOBO.COM**
Mercadante: Brasil não vai parar frente a práticas comerciais abusivas ..... 15
EMPRESAS
VEICULAÇÃO NACIONAL

**JORNAL DO COMMÉRCIO - RJ**
Log-In obtém licença de instalação para terminal portuário em Manaus ..... 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEÍCULO
DIÁRIO DO **AMAZONAS**

EDITORIA

TÍTULO

# Empresários comemoram licença para a instalação de porto no PIM

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
LOCAL

**Ao conceder medida, Ipaam considerou ainda os impactos econômicos do empreendimento.**

**Manaus** - O **comércio** e a indústria do **Amazonas** receberam com otimismo a concessão da licença de instalação concedida pelo Instituto de Proteção Ambiental do **Amazonas** (Ipaam) ao projeto do Porto das Lajes. Segundo dirigentes dos setores, a construção de um novo terminal diminuirá os custos das operações e garantirá mais celeridade ao processo de desembaraço.

Segundo o vice-presidente da Federação do **Comércio** de Bens, Serviços e Turismo do Estado do **Amazonas** (Fe**comércio**-AM) Aderson Frota, a ampliação da capacidade portuária é bem-vinda, pois amplia os serviços e a capacidade de recepção de **mercado**rias, melhorando a atividade econômica da **Zona Franca** de **Manaus**. "Outro benefício seria o aumento da concorrência entre as operadoras e, consequentemente, a diminuição dos preços praticados o que resultaria em ganhos para indústria, **comércio** e para a própria população", explicou o presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam/AM), Wilson Périco.

O presidente do Ipaam, Antônio Ademir Stroski, comentou que os reflexos econômicos da medida entram na pauta na análise da concessão. "Sabemos que o empreendimento traz benefícios logísticos, nos perguntamos 'e se não fizer ?', mas a questão considerada são os impactos ambientais", afirmou. Segundo Stroski, a instalação foi autorizada porque a empresa se comprometeu a atender as 22 condicionantes requisitadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Ipaam, que vai **monitor**ar o cumprimento das exigências.

Por ser uma área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), qualquer obra que venha a ser feita no local só poderá ser realizada com a aprovação do órgão. A reportagem tentou ouvir o Iphan, mas até o fechamento desta edição não obteve sucesso.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO

# Devolução de tributos será definida por setor

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

**Política industrial : Em vez de uma restituição linear, governo poderá atribuir alíquotas diferentes a cada produto**

**Daniel Rittner**

O novo mecanismo que prevê aos **exporta**dores de bens manufaturados a devolução em espécie de até 3% dos valores embarcados, batizado de Reintegra, mudou de cara um dia após sua divulgação oficial e ampliou o poder discricionário do governo no momento de definir estímulos à indústria.

Em vez de definir uma restituição linear, conforme havia explicado o Palácio do Planalto na véspera, a medida provisória que cria formalmente o Reintegra saiu ontem e chamou a atenção dos **exporta**dores: o percentual da devolução será estabelecido por setor econômico e por tipo de atividade exercida.

Se quiser, o governo poderá, pela MP 540, atribuir alíquotas diferentes a cada produto. De acordo com um empresário ouvido pelo Valor, pode gerar uma corrida de lobistas a Brasília, em busca de enquadramento dos seus produtos nas alíquotas maiores do mecanismo elas vão variar de zero a 3%, limite que é um ponto percentual abaixo do percentual máximo defendido pelo **Ministério** do **Desenvolvimento** nas discussões internas do governo. Como as demais medidas do Plano **Brasil** Maior que ainda precisam de regulamentação, o Reintegra deverá entrar em vigência no prazo de até 60 dias.

Outro ponto que desperta dúvida entre os **exporta**dores é a classificação de produtos como etanol, açúcar refinado, óleo de soja e suco de laranja. Todos eles são considerados bens manufaturados pelo **Ministério** do **Desenvolvimento**. No entanto, segundo fontes do governo, não entrarão na primeira leva de beneficiados pelo mecanismo. Fabricantes de celulose já fizeram consultas sobre o assunto ao secretário-executivo do **Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira.

Hoje, com as cotações em alta, talvez o **exporta**dor de açúcar refinado não faça questão do Reintegra, diz José Augusto de Castro, da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB). Se os preços das commodities caírem, vai todo mundo pedir ajuda.

Apesar da preocupação da iniciativa privada e de o texto da MP permitir a diferenciação por produtos, fontes do governo asseguram que o Reintegra entrará em funcionamento com alíquota linear de 3%, pelo menos no início. O sistema foi apresentado como forma de compensar o pagamento de tributos ao longo da cadeia. Terá vigência até dezembro de 2012.

O prazo foi considerado insatisfatório pela AEB. As **exporta**ções de bens manufaturados precisam de um horizonte de mais longo prazo, afirma Castro. Ele lembrou que os contratos, às vezes, preveem entrega em data superior a seis meses e o estabelecimento de prazo relativamente curto dificulta a fixação de preços. As empresas poderão ter problemas, segundo o executivo, em saber se contarão com o benefício na hora de formular seus preços a partir de meados do ano que vem.

Castro recordou que o Reintegra replica o mecanismo de crédito-prêmio vigente entre 1969 e 1985, que chegou a desonerar as **exporta**ções em até 28%. No início, era crédito fiscal de IPI e de **ICMS**. Depois, foi só IPI. Finalmente, terminou como pagamento em dinheiro vivo, diz. De acordo com o texto da MP, os **exporta**dores poderão usar o dinheiro do Reintegra em pagamentos de tributos administrados pela Receita ou solicitar ressarcimento em espécie.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO
**Falta competitividade à indústria, diz PIMentel**

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O **Governo Federal** pode aprimorar muito os instrumentos de defesa comercial, mas não resolverá - nem de longe - o problema estrutural por trás do crescente déficit da balança comercial dos itens manufaturados. A avaliação do ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), Fernando **PIM**entel, é que todo o esforço concentrado pela melhora da defesa comercial contido no plano **Brasil** Maior não compensará a falta de competitividade da indústria brasileira - esse sim, o problema estrutural que explica o rombo comercial do setor.

Se pegarmos todos as 80 medidas antidumping que temos, somarmos as 40 que estão em processo e outras 20 que são pedidos em análise, falamos de 2,3% do total **importa**do pelo país, diz **PIM**entel, então, mesmo com isso e uma fiscalização ainda mais ágil de pirataria e entrada ilegal de produtos não mudaria em praticamente nada nossa balança comercial.

Para **PIM**entel, são fatores externos - como a menor disposição para consumo nos países ricos, naturais **importa**dos dos manufaturados brasileiros - e internos - como a valorização do câmbio - que ajudam a explicar a falta de competitividade da indústria. O governo, avalia o ministro, está oferecendo à indústria melhores condições para competir com os **importa**dos. Agora é hora de as empresas reagirem, vamos cobrar delas mais investimento em inovação, porque as condições de financiamento estão sendo dadas, diz.

De acordo com o ministro, que ontem participou de seminário organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo, o governo brasileiro levará ao próximo encontro do **Mercosul**, que ocorrerá em setembro, a decisão de dobrar o número de produtos **importa**dos que podem ser taxados de 35% do imposto de **importa**ção - a alíquota máxima permitida pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC).

Segundo **PIM**entel, a medida - que dobraria de cem para 200 o número de itens **importa**dos que podem bater no teto da alíquota - foi proposta pelo governo argentino. É uma proposta da Argentina, que até recentemente o **Brasil** não tinha aderido, mas agora sim, então vamos endossar a proposta junto ao **Mercosul**, disse. Segundo reportagem do Valor, publicada na terça-feira, a proposta de dobrar o número de produtos que receberiam o teto da Tarifa Externa Comum (TEC) partiu não do governo argentino, mas do brasileiro.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA
EMPRESAS

TÍTULO
**Chineses ameaçam retaliar importações brasileiras**

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

**Celulose : Reação é resposta às medidas do Brasil contra o papel asiático**

**Stella Fontes**

As relações entre China e **Brasil** relativas ao **comércio** internacional de celulose e papel azedaram nos últimos meses e agora atravessam um momento crítico. A indústria chinesa de papel ameaça reduzir as compras de celulose brasileira e responder com a abertura de um processo de investigação por dumping, no caso dos preços da matéria-prima, se o país mantiver as medidas que estão dificultando a **importa**ção do produto asiático ou iniciar alguma ação antidumping na área.

Pelo menos quatro grandes papeleiras, representadas pela China Paper Association, já levaram suas queixas ao governo chinês e prometem reagir duramente ao fim da licença automática para **importa**ção de papéis produzidos na Ásia e à obrigatoriedade do certificado de origem, que passou a ser exigido pelo **Brasil** no primeiro semestre. Além disso, os chineses temem que o **Brasil** esteja avaliando medidas similares às adotadas por Estados Unidos e Europa, que impuseram elevadas tarifas antidumping sobre as **importa**ções de papel revestido asiático.

A ameaça de substituição de fornecedores de celulose teria incomodado a indústria brasileira em razão do tamanho do apetite chinês. Maior produtor mundial de papel, com mais de 90 milhões de toneladas anuais dos diferentes tipos, a China colocará em operação, até 2015, novas linhas de **produção** com capacidade total para mais 35 milhões de toneladas por ano, sem investimentos significativos para a **produção** local de matéria-prima. Além disso, o país asiático, que não tem tradição em celulose, é o principal comprador individual da fibra de eucalipto produzida no Brasil, absorvendo cerca de 2 milhões de toneladas anuais.

Por outro lado, um eventual pedido de investigação de dumping não teria assustado os produtores brasileiros de celulose em razão de a matéria-prima ser negociada como commodity, com formação de preços internacional e estabelecimento de cotações em três **mercado**s de referência: América do Norte, Europa e Ásia. Nessa última região se pratica o menor preço de referência, porém os valores são seguidos por toda a indústria mundial de celulose.

De acordo com o principal executivo da APP China, Rui Zheng, as fabricantes chinesas - APP, April (com sede na Indonésia), Sun Paper e Chenming - não entendem as motivações do governo brasileiro ao exigir o certificado de origem do papel produzido na Ásia, especialmente China e Indonésia, para liberar **importa**ções. Há dois meses, Zheng esteve em Brasília para encontros com técnicos do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), acompanhado de representantes das embaixadas da China e da Indonésia, e não saiu satisfeito.

Foi um pouco promissor, afirmou o executivo, que se prepara para assumir o escritório da APP na Áustria. Estamos tentando a via do diálogo, mas estão nos forçando a adotar medidas mais drásticas. Para acompanhar de perto o desenrolar das negociações, a companhia, que tem sedes e operação na China e na Indonésia, chegou a contratar um lobista em Brasília. Na China, estreitou relações com o **Ministério** do **Comércio** (Mofcom), que estaria apoiando a reação das papeleiras. Não praticamos dumping ou qualquer outra irregularidade, defende.

Segundo fonte da indústria brasileira, o maior rigor na liberação das **importa**ções do produto asiático veio na esteira do crescente desvio de papel isento de

impostos (o chamado papel imune) para finalidades que não as previstas em lei - impressões educacionais e culturais. Atualmente, cerca de 95% do papel **importa**do que entra no país recebe essa classificação e a maior parte - ou mais de 600 mil toneladas por ano - seria desviada para uso ilegal. Ao não recolher impostos, o produto chega ao consumidor final com diferença de preços de até 40%. Os protagonistas dessas operações, conforme a indústria, seriam justamente os papéis dos tipos imprimir e escrever e cartão oriundos da Ásia.

Em São Paulo, a Secretaria da Fazenda apertou o cerco contra operações ilegais com papel imune e aplicou mais de R$ 100 milhões em multas. Procuradas, Fibria, Suzano Papel e Celulose e Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) não se pronunciaram sobre o assunto.

# Empresário tem de se acostumar a câmbio, diz PIMentel



São Paulo - O real valorizado está aqui para ficar e as empresas têm de se acostumar com esse novo ambiente, disse o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, em entrevista concedida a correspondentes estrangeiros em São Paulo.

"O câmbio não vai mudar no curto prazo e teremos uma moeda forte por um longo período; o **Brasil** mudou para o grupo de países com moeda forte e com contabilidade fiscal equilibrada", afirmou **PIM**entel. "Os empresários terão de se acostumar a isso", acrescentou.

**PIM**entel afirmou ainda que os indicadores recentes sobre a **produção** industrial foram "muito ruins" e causaram profunda preocupação no governo.

**PIM**entel rejeitou acusações de que a regulamentação sobre as compras governamentais, parte do Plano **Brasil** Maior, seja protecionista. Segundo ele, países vizinhos membros do **Mercosul** também serão beneficiados pelo plano, o qual prevê o pagamento pelo governo de 25% a mais nas compras de bens que contenham 40% de produtos nacionais ou de qualquer país do **Mercosul**.

"As críticas de protecionismo são fáceis de serem feitas e podem ser atribuídas a qualquer medida", disse **PIM**entel. "Estamos implementando, com muitos anos de atraso, o ato Buy America. Isso não é protecionismo." O ato Buy America foi transformado em lei nos Estados Unidos pelo presidente Franklin Roosevelt em 1933.

"Protecionismo seria se proibíssemos as **importa**ções. Por exemplo, não vamos proibir as **importa**ções de carros, mas vamos encorajar os que produzem localmente", disse. As informações são da Dow Jones.

VEÍCULO
VEJA ONLINE

EDITORIA

TÍTULO

# País entrou no clube de moedas valorizadas, diz PIMentel

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

São Paulo - O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, afirmou hoje que o **Brasil** "entrou no clube de países de moedas valorizadas". Segundo ele, essa é uma realidade "inescapável", pois as condições econômicas do País são muito boas e, em função disso, recebe capitais de todo o mundo, tanto de ordem financeira como investimentos de longo prazo. "Temos balança comercial superavitária, situação fiscal muito bem resolvida. Isso são características de países com moedas valorizadas. Temos de nos acostumar com a ideia de que o câmbio mudou de patamar".

O ministro ressaltou, por outro lado, que o governo também não quer que a moeda se deprecie demais. Ele também afirmou que o juro alto é um componente que atrai capitais de curto prazo para o País. Contudo, **PIM**entel destacou que a tendência é dos juros no **Brasil** caírem e seguirem o padrão internacional no longo prazo. Ele observou que o **Brasil** atrai capitais também por causa do **mercado** interno robusto e da vigorosa capacidade de crescimento. "Eu não acho que o câmbio vai ficar 1 para 1, mas também não será de 3 para 1", disse o ministro.

# Brasil e China vão construir centro de nanotecnologia em Campinas



São Paulo – O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse hoje (3) que o governo brasileiro vai construir um centro de pesquisas em nanotecnologia em Campinas, em uma parceria com a Academia Chinesa de Ciências. O centro deve realizar pesquisas em biotecnologia e outras ciências especiais.

O ministro acertou nesta quarta-feira detalhes da parceria em uma reunião com representantes da academia chinesa durante o 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria. De acordo com o ministro, o memorando que formalizará o acordo será assinado durante uma viagem que ele fará à China e também à Coreia do Sul, nos próximos dias.

Mercadante disse que o centro deve custar R$ 10 milhões, investimento que será dividido entre os dois países. Segundo o ministro, o **Brasil** vai firmar com a academia convênios para pesquisas em ciências da computação, ciências espaciais e sobre mudanças climáticas.

De acordo com ele, o **Brasil** negocia, na Organização das Nações Unidas (ONU), a instalação de um centro internacional de formação de pesquisadores sobre biodiversidade no país. Ainda este ano, a ONU deve lançar um plano sobre biodiversidade. Caso aprovado pela ONU, o centro de formação seria instalado em **Manaus**, segundo o ministro. Mercadante lembrou que a unidade poderia usar as instalações do **Centro de Biotecnologia da Amazônia** (**CBA**), que já tem sede na cidade.

Edição: Lana Cristina

| | VEÍCULO | | EDITORIA |
|---|---|---|---|
| SUFRAMA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS | PORTAL BRASIL | | |
| | TÍTULO | | |
| | **Superintendente da SUFRAMA aponta aspectos positivos da nova política industrial** | | |
| | ORIGEM | ENFOQUE | VEICULAÇÃO |
| | PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA | POSITIVO | NACIONAL |

Sobre o Plano **Brasil** Maior, lançado nesta terça-feira, 2, pela presidente Dilma Roussef, a **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, **Flávia Grosso**, afirmou que a nova política industrial, tecnológica, de serviços e de **comércio** exterior do País contém ações que impactam positivamente sobre o modelo **Zona Franca** de **Manaus**, especialmente no que se refere à desoneração, financiamento e garantias das **exporta**ções – o que vai estimular as vendas externas por parte das empresas que atuam na região; à defesa comercial – que dará mais competitividade aos produtos do Polo Industrial de **Manaus** no **mercado** interno; ao incentivo à cadeia produtiva – que beneficiará os componentistas do **PIM** e os produtores regionais e que vai ao encontro das ações estratégicas da **SUFRAMA**; estímulos ao investimento e à inovação – contribuindo para a consolidação do sistema local de CT&I e, em particular, às micro e pequenas – fortalecendo esse setor no âmbito **regional**.

Assessoria de Imprensa **SUFRAMA**

VEÍCULO
PORTAL FATOR BRASIL

EDITORIA

TÍTULO

# CNI diz que inovação é exigência do consumidor e imposição do mercado

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

São Paulo- A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reafirmou nesta quarta-feira, 03.08, o compromisso de estimular o setor privado a investir no **desenvolvimento** tecnológico e a reconhecer que inovar é uma exigência dos consumidores e uma imposição do **mercado**.

A posição está expressa no documento Compromisso pela Inovação, entregue aos ministros do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, e da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, durante o 4° Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, no Centro de Convenções do Sheraton WTC, em São Paulo.

No documento, os empresários resumem em dez itens propostas consideradas estratégicas para o avanço da inovação do país. Entre as ações, destacam-se a necessidade do país formar um maior número de pessoas em cursos técnicos profissionalizantes e em engenharia, aprimorar o marco legal de apoio à inovação, melhorar a infraestrutura e a cultura de propriedade intelectual, criar programas setoriais de inovação efetivos e apoiar projetos estruturantes de pesquisa e **desenvolvimento** (P&D).

Todos os temas foram amplamente discutidos pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento coordenado pela CNI com o objetivo de fazer da inovação prioridade da indústria. A principal meta da MEI é dobrar em quatro anos o número de empresas inovadoras. A meta, fixada em 2009, quando havia no **Brasil** cerca de 40 mil empresas inovadoras, foi reafirmada durante o 4° Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria. A proposta é de que o país tenha 80 mil empresas inovadoras até 2013.

O presidente da Natura, Pedro Passos, um dos integrantes da MEI, lembrou que a oportunidade é única e que o contexto macroeconômico deve ser aproveitado ao máximo. Segundo ele, a responsabilidade de moldar o futuro do **Brasil** por meio da inovação deve ser compartilhada entre empresas, governo e sociedade. Reforçou o papel das universidades e centros de pesquisa como fundamental.

O ministro Fernando **PIM**entel advertiu não haver outro caminho a não ser a inovação e o investimento maciço em pesquisa e tecnologia. Destacou que o governo deu passos **importa**ntes para fortalecer a indústria e defender a competitividade do produto brasileiro, ao lançar, terça-feira, 02.08, o Plano **Brasil** Maior, a nova política industrial. **PIM**entel assinalou que o governo apoia integralmente o plano da MEI e pretende trabalhar em conjunto com os empresários. "Estamos plenamente integrados neste compromisso", resumiu.

Novas fronteiras - Em um dos painéis realizados pela manhã, empresários discutiram formas de ampliar a participação das empresas, minimizar os obstáculos e apoiar a inovação por meio de melhores práticas e de políticas públicas. O debate contou com as participações de Adilson Primo, presidente da Siemens; Carlos Fadigas, presidente da Braskem; Horácio Lafer Piva, presidente da Klabin; João Geraldo Ferreira, presidente da General Electric; José Rubens de La Rosa, presidente da Ford, além de Pedro Passos e Ricardo Pelegrini, presidente da IBM.

Pelegrini afirmou que uma maior inserção das empresas brasileiras no **mercado** global passa necessariamente pela inovação, ressaltando que o **mercado** brasileiro precisa incorporar as vantagens competitivas, ser dinâmico e pujante. João Geraldo Ferreira completou que "há novas fronteiras a serem exploradas", enfatizando a importância do investimento em educação. Horácio Lafer Piva acrescentou que a sintonia entre empresários, governo e universidades pelo estímulo à inovação tem tudo para dar certo.

As relações entre China e Brasil relativas ao comércio internacional de celulose e papel azedaram nos últimos meses e agora atravessam um momento crítico. A indústria chinesa de papel ameaça reduzir as compras de celulose brasileira e responder com a abertura de um processo de investigação por dumping, no caso dos preços da matéria-prima, se o país mantiver as medidas que estão dificultando a importação do produto asiático ou iniciar alguma ação antidumping na área.

Pelo menos quatro grandes papeleiras, representadas pela China Paper Association, já levaram suas queixas ao governo chinês e prometem reagir duramente ao fim da licença automática para importação de papéis produzidos na Ásia e à obrigatoriedade do certificado de origem, que passou a ser exigido pelo Brasil no primeiro semestre. Além disso, os chineses temem que o Brasil esteja avaliando medidas similares às adotadas por Estados Unidos e Europa, que impuseram elevadas tarifas antidumping sobre as importações de papel revestido asiático.

A ameaça de substituição de fornecedores de celulose teria incomodado a indústria brasileira em razão do tamanho do apetite chinês. Maior produtor mundial de papel, com mais de 90 milhões de toneladas anuais dos diferentes tipos, a China colocará em operação, até 2015, novas linhas de produção com capacidade total para mais 35 milhões de toneladas por ano, sem investimentos significativos para a produção local de matéria-prima. Além disso, o país asiático, que não tem tradição em celulose, é o principal comprador individual da fibra de eucalipto produzida no Brasil, absorvendo cerca de 2 milhões de toneladas anuais.

Por outro lado, um eventual pedido de investigação de dumping não teria assustado os produtores brasileiros de celulose em razão de a matéria-prima ser negociada como commodity, com formação de preços internacional e estabelecimento de cotações em três mercados de referência: América do Norte, Europa e Ásia. Nessa última região se pratica o menor preço de referência, porém os valores são seguidos por toda a indústria mundial de celulose.

De acordo com o principal executivo da APP China, Rui Zheng, as fabricantes chinesas - APP, April (com sede na Indonésia), Sun Paper e Chenming - não entendem as motivações do governo brasileiro ao exigir o certificado de origem do papel produzido na Ásia, especialmente China e Indonésia, para liberar importações. Há dois meses, Zheng esteve em Brasília para encontros com técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), acompanhado de representantes das embaixadas da China e da Indonésia, e não saiu satisfeito.

"Foi um pouco promissor", afirmou o executivo, que se prepara para assumir o escritório da APP na Áustria. "Estamos tentando a via do diálogo, mas estão nos forçando a adotar medidas mais drásticas." Para acompanhar de perto o desenrolar das negociações, a companhia, que tem sedes e operação na China e na Indonésia, chegou a contratar um lobista em Brasília. Na China, estreitou relações com o Ministério do Comércio (Mofcom), que estaria apoiando a reação das papeleiras. "Não praticamos dumping ou qualquer outra irregularidade", defende.

Segundo fonte da indústria brasileira, o maior rigor na liberação das importações do produto asiático veio na esteira do crescente desvio de papel isento de impostos (o chamado papel imune) para finalidades que não as previstas em lei - impressões educacionais e culturais. Atualmente, cerca de 95% do papel importado que entra no país recebe essa classificação e a maior parte - ou mais de 600 mil toneladas por ano - seria desviada para uso ilegal. Ao não recolher impostos, o produto chega ao consumidor final com diferença de preços de até 40%. Os protagonistas dessas operações, conforme a indústria, seriam justamente os papéis dos tipos imprimir e escrever e cartão oriundos da Ásia.

Em São Paulo, a Secretaria da Fazenda apertou o cerco contra operações ilegais com papel imune e aplicou mais de R$ 100 milhões em multas. Procuradas, Fibria, Suzano Papel e Celulose e Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) não se pronunciaram sobre o assunto.

Fonte: Valor Econômico/Stella Fontes | De Xangai e São Paulo

| VEÍCULO | EDITORIA |
|---|---|
| PORTAL A CRITICA | |

TÍTULO

# Nova política industrial e de comércio exterior sem impactos negativos ao Polo Industrial de Manaus

| ORIGEM | ENFOQUE | VEICULAÇÃO |
|---|---|---|
| INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | DE INTERESSE | NACIONAL |

**Ministro do Desenvolvimento garante que programa 'Brasil Maior', não traz qualquer perda ou prejuízo para Zona Franca de Manaus**

**BRASÍLIA , 03 de Agosto de 2011**

**ANTÔNIO PAULO**

Os empresários e políticos do **Amazonas** respiraram aliviados, pelo menos temporariamente, com o anúncio do plano "Brasil Maior", a nova política industrial, tecnológica, de serviços e de **comércio** exterior do País, porque não traz impactos negativos ao Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) como se temia.

Lançado na terça (02), pela presidente Dilma, o programa está focado no tripé: estímulos ao investimento e à inovação; desoneração das **exporta**ções; defesa da indústria e do **mercado** interno.

Ao final da solenidade de lançamento do "Brasil Maior", que não fez qualquer referência à indústria da **Zona Franca** de **Manaus** (**ZFM**), o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** (**Mdic**), Fernando **PIM**entel, respondeu ao questionamento sobre o temor da classe política e empresarial amazonense, com relação à nova política industrial brasileira, que até fez com que o governador Omar Aziz não comparecesse ao evento no Palácio do Planalto:

"Não afetou e nem vai afetar o polo industrial do **Amazonas**, pelo contrário, tudo o que vier a ser feito vai preservar o que a **Zona Franca** já tem e, se houver algum incentivo novo, terá que ser estendido também à **ZFM**. Portanto, tranquilize a todos porque não há nenhuma possibilidade de haver perda ou prejuízo para a **Zona Franca** de **Manaus**", declarou o ministro à reportagem de A CRÍTICA.

Na medida provisória assinada ontem pela presidente Dilma Rousseff, está o projeto piloto, até 2012, que reduz a zero a alíquota de 20% do INSS sobre a folha de pagamento dos setores de confecção, calçados, móveis e softwares.

Em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com a alíquota a partir de 1,5% de acordo com o setor beneficiado. Para estimular ainda mais as **exporta**ções brasileiras, a MP da Indústria prevê a devolução de 3% do IPI recolhido sobre a receita da **exporta**ção, nos moldes da restituição do Imposto de Renda. A devolução será feita pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas **Exporta**doras (Reintegra). O valor, em dinheiro, será depositado na conta do **exporta**dor, mas quem desejar também poderá usar os recursos para quitar débitos existentes junto à Receita Federal.

O plano "Brasil Maior" também cria novo regime automotivo, com incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação, assegurando regimes regionais do **Mercosul**.

"É uma política focada para o **desenvolvimento** industrial do **Brasil** conforme e em nada preocupa o nosso polo", disse o presidente da Federação das Indústrias do **Amazonas**, Antônio Silva, que participou da solenidade de lançamento do "Brasil Maior" e adiantou que empresas do **PIM** poderão gozar da devolução de IPI.

**O juiz Dimis da Costa Braga decide anular o tombamento até que sejam realizadas audiência públicas em municípios afetados pela medida**

**Manaus, 04 de Agosto de 2011**

**ACRITICA.COM**

Encontro das Águas foi tombado ano passado, pelo Iphan, como patrimônio cultural e natural do país (Juca Queiroz)

Atendendo um pedido do governo do Estado do **Amazonas**, a justiça federal do **Amazonas** determinou a anulação do tombamento do Encontro das Águas entre os rios Negros e Solimões. O fenômeno hidrológico é um dos principais cartões postais do **Amazonas**. A decisão foi tomada pelo juiz Dimis da Costa Braga, titular da 7ª Vara da Seção Judiciária do **Amazonas**.

O Encontro das Águas foi tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em novembro do ano passado. Ele foi tombado pelo Conselho Consultivo do Iphan e teve como relator o arqueólogo e historiador Eduardo Góes Neves, da Universidade de São Paulo (USP).

Na decisão, o juiz justifica anulação do procedimento dizendo que o tombamento do Encontro das Águas deve ser anulado até que sejam realizadas audiência públicas, pelo menos uma em cada município diretamente afetado, bem como viabilizadas a realização de consultas públicas.

Na ação, o governo do Estado alegou não ter sido notificado devidamente acerca das fases do procedimento de tombamento, além da existência de falhas na publicidade do procedimento, por não terem sido realizadas consultas e audiências públicas.

A sentença, proferida pelo Dr. Dimis da Costa Braga, Titular da 7ª Vara Federal, acolheu em parte o pedido formulado, rejeitando a alegação de ofensa ao contraditório, tendo em vista que o Estado do **Amazonas** foi devidamente notificado para se manifestar no processo administrativo.

No entanto, acatou o argumento de que a ausência de consultas públicas e audiências públicas no processo de tombamento executado pelo IPHAN ferem os princípios constitucionais de proporcionalidade, informação e participação, e dos princípios ambientais da participação e informação, previstos no Princípio nº 10 da Declaração do Rio/92 (Eco/92).

| | | |
|---|---|---|
| SUFRAMA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS | VEÍCULO<br>PLANETA SUSTENTÁVEL | EDITORIA |
| | TÍTULO<br>**Selo Amazônia certificará produtos da Zona Franca** | |
| | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO / ENFOQUE<br>DE INTERESSE / VEICULAÇÃO<br>NACIONAL | |

Produtos que utilizam insumos regionais em seu processo de fabricação na **Zona Franca** de **Manaus** deverão receber certificação voluntária, com o nome de Selo Amazônico, a partir de 2012. Isso inclui produtos alimentícios, biocosméticos, fitoterápicos, fitofármacos, embalagens e joias. A publicação da portaria definitiva está prevista para o ano que vem, depois da conclusão do plano de ação e impactos. Já as primeiras certificações deverão ser realizadas após seis meses.

A proposta é resultado do termo de cooperação técnica para o **desenvolvimento** de Programas de Avaliação da Conformidade para Produtos Manufaturados na **Amazônia**, instituído pelo Inmetro -Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), no dia 28 de julho. Segundo o Inmetro, deverão ser acreditados certificadores na própria região.

# Mercadante: Brasil não vai parar frente a práticas comerciais abusivas



SÃO PAULO - O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse hoje que o governo não ficará imóvel diante de práticas abusivas no **comércio** internacional.

Durante congresso sobre inovação organizado na capital paulista, Mercadante fez comentários sobre o cenário adverso da economia global, que tem levado países a buscar meios para atingir ganhos de competitividade, incluindo a manipulação de taxas de câmbio e práticas de defesa comercial.

"O governo não vai assistir a esse cenário sem se mexer", afirmou Mercadante ao comentar as medidas anunciadas ontem pelo governo no âmbito da nova política industrial.

Batizado de Plano **Brasil** Maior, o pacote inclui ações de defesa comercial, como a redução de prazos de investigações em processos antidumping e reforço no quadro de investigadores de **comércio** exterior.

Em apresentação a empresários da indústria, Mercadante assinalou que o cenário global adverso - com crise da dívida na Europa e nos Estados Unidos - impõe custos a países emergentes, como o Brasil. Diante disso, o ministro garantiu que o governo não vai titubear em defender as empresas nacionais, mas sem apelar ao protecionismo.

Mercadante afirmou também que o pacote anunciado ontem significou a maior desoneração fiscal que a indústria já teve de forma organizada.

O ministro e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, assinaram durante o evento o memorando de entendimento que visa a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial (Embrapi). A ideia é formar uma rede de 30 centros tecnológicos nos próximos anos. A gestão da Embrapi terá predominância do setor privado.

(Eduardo Laguna | Valor)

VEÍCULO
JORNAL DO COMMÉRCIO - RJ

EDITORIA

TÍTULO

# Log-In obtém licença de instalação para terminal portuário em Manaus

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A Log-In Logística Intermodal informou nesta quarta-feira que sua controlada Lajes Logística S.A. obteve junto ao IPAAM Instituto de Proteção Ambiental do Estado do **Amazonas** a licença de instalação para o Terminal Portuário das Lajes TPL. O projeto conceitual do TPL já foi concluído e prevê a sua implantação em área de cerca de 600 mil m2 próximo ao **Pólo Industrial** de **Manaus**, **Amazonas**. O investimento estimado é de R$ 200 milhões e capacidade de movimentação anual, na primeira fase, de 250 mil TEUs / 660 mil toneladas por ano.

A Log-In detém 70% da Lajes Logística S.A., enquanto que os 30% restantes são de propriedade da Juma Participações S.A., empresa sediada em **Manaus**/AM, proprietária do terreno onde será construído o TPL. Segundo a companhia, o Terminal Portuário das Lajes está em linha com a estratégia da Log-In de investir em infraestrutura em sinergia com o serviço de Navegação Costeira de Cabotagem.

A implementação do Porto das Lajes permitirá ao **Pólo Industrial** de **Manaus**/AM uma opção logística capaz de viabilizar seu crescimento e elevar a eficiência no transporte de **mercado**rias e produtos De e Para a região Norte do **Brasil** através da Cabotagem modal de maior eficiência ambiental e econômica. A Log-In envidará todos os esforços para que esta opção logística esteja em operação em tempo recorde, comentou o diretor-presidente da Log-In, Vital Jorge Lopes.

A implantação do TPL está sujeita à obtenção da autorização da ANTAQ Agência Nacional de Transportes Aquaviários.